

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

2º Trimestre de 2018

Capacidade de financiamento da economia diminuiu para 0,7% do PIB

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 2º trimestre de 2018, o que representa uma diminuição de 0,4 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre anterior.

O setor institucional das Famílias apresentou uma diminuição da respetiva capacidade de financiamento, que passou de 0,8% para 0,7% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2018. A despesa de consumo final das Famílias registou um aumento superior ao do rendimento disponível, o que determinou a redução da taxa de poupança para 4,4%. O saldo das sociedades não financeiras agravou-se, fixando-se em -1,2% do PIB no 2º trimestre, enquanto a capacidade de financiamento das sociedades financeiras aumentou para 2,1%.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) aumentou para 0,9% do PIB, o que compara com 0,7% no trimestre anterior. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em -1 491,3 milhões de euros no 2º trimestre de 2018, correspondente a -2,9% do PIB. No conjunto do 1º semestre de 2018, o saldo global das AP fixou-se em -1 864,7 milhões de euros, representando -1,9% do PIB (-6,1% em igual período do ano anterior).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 2º trimestre de 2018. É importante referir que estas contas são inteiramente consistentes com os resultados anuais finais de 2016 e provisórios de 2017, também hoje publicados. Em consequência da incorporação destes resultados houve lugar à revisão das séries de contas trimestrais, incluindo os resultados publicados no final de agosto passado (ver secção final sobre revisões).

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia ou discriminados pelos setores institucionais:

- Sociedades Não Financeiras;
- Sociedades Financeiras;
- Administrações Públicas;

Contas Nacionais – 2º trimestre de 2018

- Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (Particulares);
- Resto do Mundo.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia reduziu-se para 0,7% do PIB

A capacidade de financiamento da economia portuguesa diminuiu para 0,7% do PIB no 2º trimestre de 2018, que compara com 1,1% no trimestre anterior. O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registaram taxas de variação de 0,7% e 0,2%, respetivamente. O crescimento menos intenso do RNB foi determinada pelo agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de 4,5% e -8,6%, respetivamente.

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentou 0,3%, menos 0,4 p.p. que o acréscimo da despesa de consumo final, determinando uma diminuição de 1,6% da poupança bruta (variação de 2,5% no trimestre anterior).

O aumento de 0,6% da Formação Bruta de Capital (FBC) e a diminuição da poupança bruta determinaram a redução da capacidade de financiamento da economia para 0,7% do PIB.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional¹.

A necessidade de financiamento das AP aumentou para 0,9% do PIB no 2º trimestre de 2018 (necessidade de financiamento de 0,7% do PIB no trimestre anterior). Este agravamento reflete o aumento de capital no Novo Banco por ativação do mecanismo de capital contingente subjacente ao acordo de venda, efetuado pelo Fundo de Resolução no 2º trimestre, no valor de 792 milhões de euros.

O saldo das Sociedades Não Financeiras (SNF) diminuiu 0,3 p.p. no 2º trimestre de 2018, para -1,2% do PIB.

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras passou de 1,9% do PIB no 1º trimestre de 2018 para 2,1% do PIB no 2º trimestre de 2018. O aumento da capacidade de financiamento refletiu em grande medida o já referido aumento de capital do Novo Banco.

O saldo externo de bens e serviços manteve-se em 0,7% do PIB no 2º trimestre de 2018 (ver gráfico 2).

¹ Devido a arredondamentos, a soma dos saldos dos diferentes setores internos em percentagem do PIB pode não coincidir com o saldo apresentado para o total da economia.

Gráfico 1 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, soma acumulada de 4 trim.)

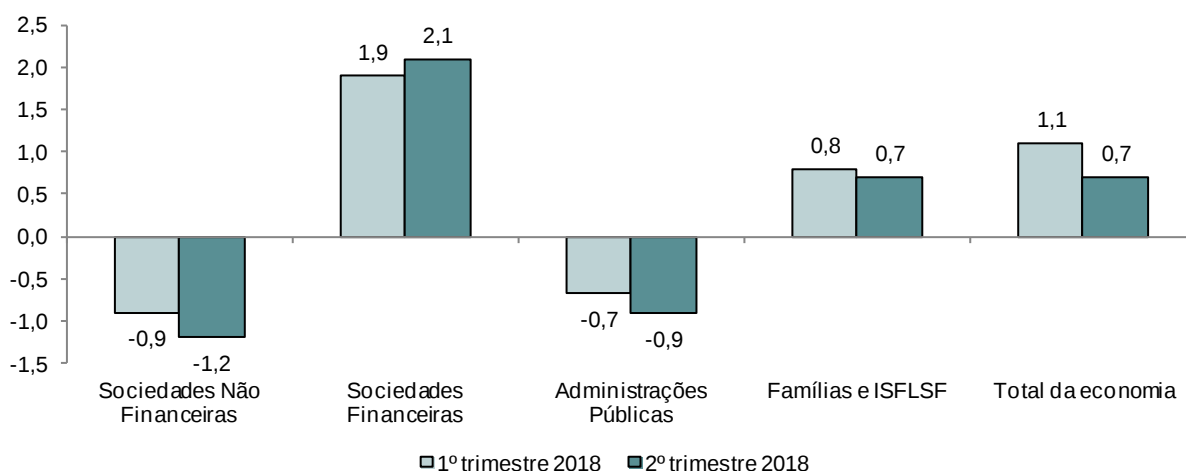
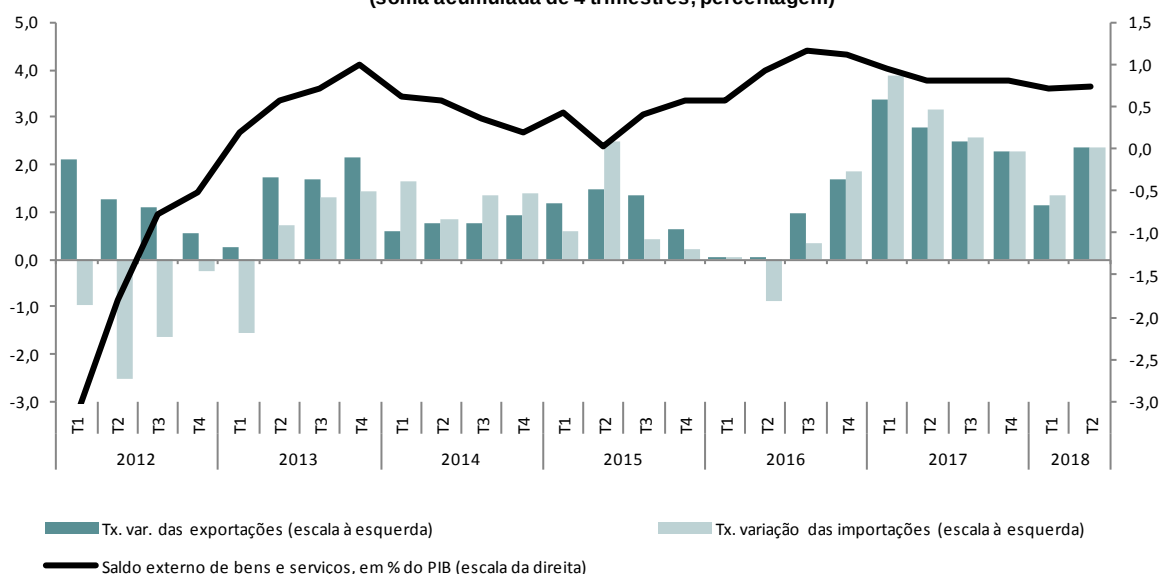


Gráfico 2 - Saldo externo de bens e serviços (soma acumulada de 4 trimestres; percentagem)



Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 0,7% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 0,7% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2018, menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior, refletindo sobretudo a diminuição de 4,7% da poupança corrente. O investimento (Formação Bruta de Contas Nacionais – 2º trimestre de 2018

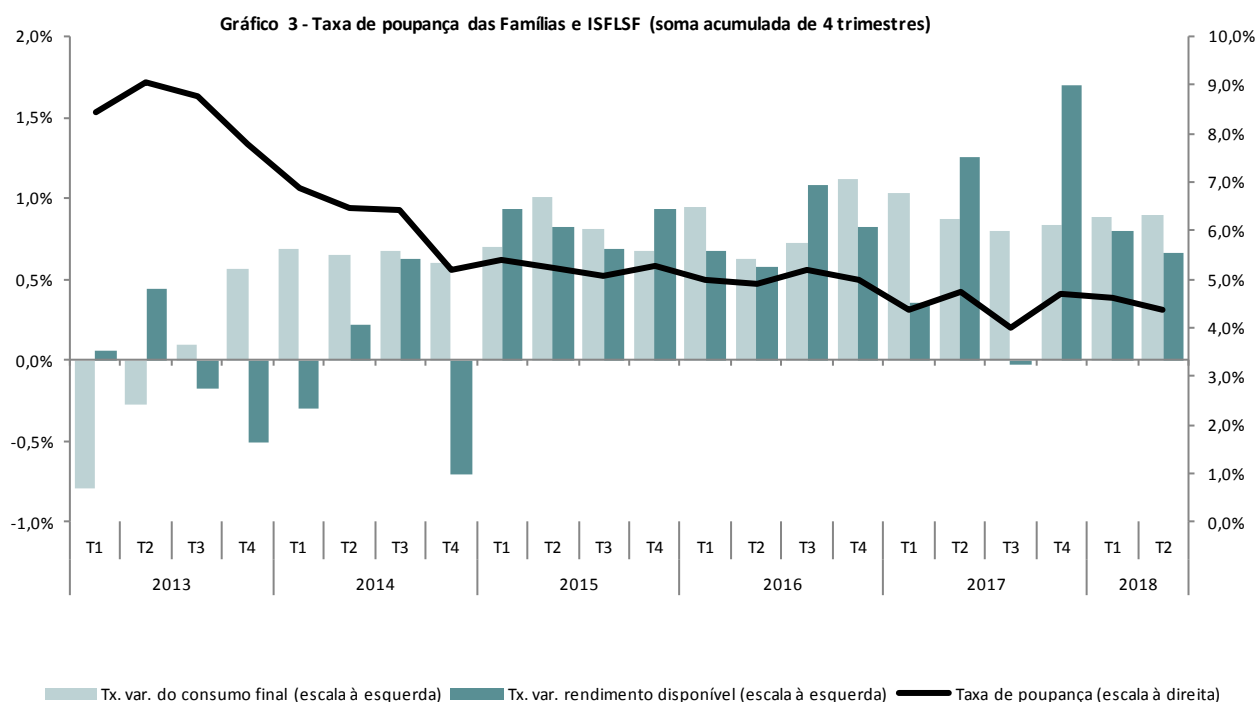
Capital Fixo) das Famílias registou uma taxa de variação de 2,1% no 2º trimestre de 2018 (0,7% no trimestre anterior).

No gráfico 3 apresenta-se a taxa de poupança e as taxas de variação do rendimento disponível e da despesa de consumo final. Como se pode observar, a taxa de poupança das Famílias diminuiu para 4,4% do

rendimento disponível (menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior). Este decréscimo resultou de um aumento do rendimento disponível inferior ao da despesa de consumo final (taxas de variação de 0,7% e 0,9%, respetivamente).

O crescimento do rendimento disponível das Famílias foi influenciado pela variação das remunerações recebidas, que registaram um acréscimo de 1,0% no 2º trimestre de 2018 após um aumento de 0,9% observado no trimestre anterior.

Contudo, o saldo positivo dos rendimentos de propriedade registou uma diminuição de 2,2% no 2º trimestre de 2018, contribuindo para a desaceleração do rendimento disponível. Os rendimentos de propriedade recebidos e pagos apresentaram taxas de variação de -1,8% e 3,8%, respetivamente.



O quadro 1 apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível. Para o aumento de 0,7% registado no 2º trimestre de 2018, contribuíram principalmente as remunerações (0,7 p.p.), seguidas do excedente bruto de exploração com 0,2 p.p..

O RDB ajustado *per capita* fixou-se em 14,9 mil euros no 2º trimestre de 2018, correspondendo a um crescimento de 0,7% face ao trimestre anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos pelas AP e ISFLSF, mas consumidos pelas Famílias.

Table 1: Contributions to the change rate of disposable income of Households and NPISH (percentage points, accumulated sum of 4 quarters)

	Compensation of Employees	Operating Surplus + Mixed Income (Gross)	Net Property Income (receivable)	Social benefits less contributions, excluding social transfers in kind	Net Transfers (receivable)	Taxes	Disposable Income
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2012Q2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012Q3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,5
2012Q4	-1,6	0,3	0,0	0,1	-0,1	-0,4	-1,0
2013Q1	0,0	0,1	0,6	0,3	0,1	1,0	0,1
2013Q2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013Q3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013Q4	0,7	0,1	-0,3	-0,2	0,4	1,1	-0,5
2014Q1	-0,2	0,0	-0,1	-0,1	0,1	0,1	-0,3
2014Q2	0,6	0,0	0,0	-0,5	0,1	0,1	0,2
2014Q3	0,5	0,1	0,1	0,5	0,0	0,4	0,6
2014Q4	-0,6	0,1	0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,7
2015Q1	0,5	0,1	0,3	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015Q2	0,6	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,8
2015Q3	0,2	0,0	0,3	0,1	0,1	0,0	0,7
2015Q4	0,6	0,1	0,0	0,2	0,0	-0,1	0,9
2016Q1	0,5	0,2	0,0	0,0	-0,1	-0,1	0,7
2016Q2	0,6	0,1	-0,4	0,0	0,2	-0,1	0,6
2016Q3	0,6	0,2	-0,2	0,0	0,1	-0,4	1,1
2016Q4	0,8	0,3	0,0	-0,3	0,0	0,0	0,8
2017Q1	0,7	0,1	-0,3	-0,3	0,1	0,0	0,4
2017Q2	0,8	0,2	-0,2	-0,4	0,0	-0,8	1,3
2017Q3	0,8	0,2	-0,1	-0,3	0,2	0,7	0,0
2017Q4	1,2	0,2	-0,1	0,4	0,0	0,1	1,7
2018Q1	0,6	0,2	0,1	-0,1	0,1	0,1	0,8
2018Q2	0,7	0,2	-0,2	-0,2	0,0	-0,1	0,7

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 1,2% do PIB

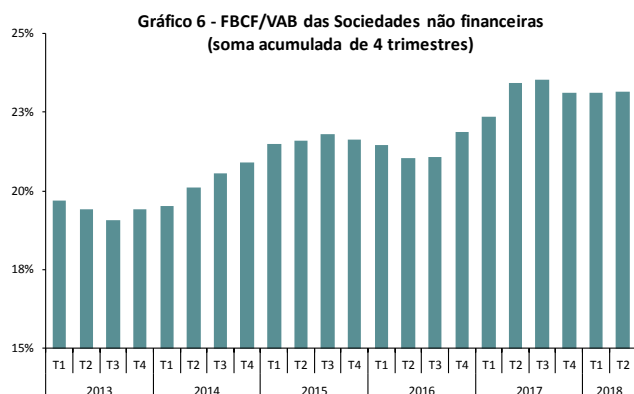
A necessidade de financiamento das SNF agravou-se 0,3 p.p., fixando-se em 1,2% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2018. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 1,0%, mais 0,1 p.p. do que no trimestre anterior.

As remunerações pagas pelo setor registaram um crescimento de 1,6%, superior ao aumento do VAB, o que determinou uma ligeira redução do Excedente Bruto de Exploração (taxa de variação de -0,1%).

A taxa de margem operacional do setor atingiu 39,5% (menos 0,4 p.p. do que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o EBE e o VAB e corresponde à percentagem de valor criado que se

destina à remuneração dos recursos financeiros aplicados nas empresas.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 1,3% no ano acabado no 2º trimestre, fixando-se a taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 23,2%, idêntica à observada no trimestre anterior.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento situou-se em 2,1% do PIB

A capacidade de financiamento do setor representou 2,1% do PIB no 2º trimestre de 2018, mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior. Este aumento da capacidade de financiamento reflete o aumento de capital no Novo Banco realizada no 2º trimestre de 2018, no montante de 792 milhões de euros.

A poupança corrente, que não é afetada por aquele reforço de capital, registou um decréscimo de 7,5% no 2º trimestre de 2018. Na origem deste resultado está a redução do saldo dos rendimentos de propriedade, com os rendimentos de propriedade pagos e recebidos a apresentarem taxas de variação de 3,9% e 1,1%, respetivamente.

Sector das Administrações Públicas: défice aumentou 0,2 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das AP registou um aumento de 0,2 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2018, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 0,9% do PIB. O aumento da necessidade de financiamento resultou dos aumentos

de, respetivamente, 1,3% e 0,7% da despesa total e da receita total das AP (ver quadros 2 e 3).

O comportamento da despesa total reflete o aumento de 23,3% na despesa de capital e a diminuição de 0,1% da despesa corrente.

A variação ocorrida na despesa de capital é explicada sobretudo pelo já referido aumento de capital no Novo Banco efetuado pelo Fundo de Resolução (792 milhões de euros) e, em menor grau, pelo empréstimo concedido pela Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF) ao Fundo de Recuperação de Créditos FRC-INQ-Papel Comercial ESI Rio Forte (FRC) no montante de 124,4 milhões de euros. Estas duas operações foram registadas como transferência de capital, com impacto na necessidade de financiamento das AP.

No que diz respeito à despesa corrente, o seu comportamento resultou do efeito combinado da diminuição de 1,3%, 0,4% e 0,3% nos encargos com juros, na outra despesa corrente e nas despesas com pessoal, respetivamente, e do aumento dos subsídios e do consumo intermédio, em 2,5% e 1,1%, respetivamente. As prestações sociais, que representam 41,4% do total da despesa corrente, permaneceram inalteradas no período em análise.

A receita total registou uma variação positiva de 0,7% no ano terminado no 2º trimestre, dado o efeito conjugado do aumento de 0,8% da receita corrente e da diminuição de 8,8% da receita de capital. O aumento da receita corrente resulta do aumento dos impostos sobre a produção e importação (0,8%), das contribuições sociais (1,1%), das vendas (1,2%) e da outra receita corrente (7,7%). Os impostos sobre o rendimento e património apresentaram uma diminuição de 1,1%.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em -1 491,3 milhões de euros no 2º trimestre de 2018, correspondente a -2,9% do PIB, que compara com -2,1% em igual período do ano anterior (ver quadro 4).

Face ao trimestre homólogo, no 2º trimestre de 2018 verificou-se um aumento tanto na despesa total (5,2%) como na receita total (3,0%).

No lado da despesa, a despesa de capital registou um aumento de 130,1%, em resultado das já referidas transferências de capital efetuadas pelo FdR e pela DGTF, equivalentes no seu conjunto a cerca de 1,8% do PIB do 2º trimestre de 2018, e de uma variação positiva de 12,6% no investimento. A despesa corrente diminuiu 0,2%, motivada pelo efeito conjugado de diminuições nos encargos com juros, na outra despesa corrente e nas despesas com pessoal, de respetivamente, 5,2%, 1,7% e 1,1% e de aumentos de 11,4% e 4,6% nos subsídios e no consumo intermédio, respetivamente. Refira-se que a diminuição das despesas com pessoal resulta da alteração do regime de pagamento do subsídio de Natal, que deixou de ser realizado em duodécimos.

No que diz respeito à receita, registou-se um aumento na receita corrente, em 3,4%, justificada pelo incremento da outra receita corrente (24,3%), das vendas (5,0%), das contribuições sociais (4,2%) e dos impostos sobre a produção e a importação (3,4%), tendo os impostos sobre o rendimento e património

apresentado uma diminuição de 5,9%. O aumento registado nas vendas está em parte associado ao aumento da receita com as licenças de emissão de carbono, auferidas pelo Fundo Ambiental. Por seu lado, a receita de capital apresentou uma variação homóloga de -32,2%, refletindo o efeito base da venda de aeronaves F-16 à Roménia em 2017.

O quadro 5 sintetiza os principais ajustamentos da passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. No conjunto do 1º semestre de 2018, o saldo global das AP fixou-se em -1 864,7 milhões de euros, correspondendo a -1,9% do PIB (-6,1% do PIB em igual período do ano anterior). Comparando o 1º semestre de 2018 com o período homólogo, verifica-se que tanto o saldo em contabilidade nacional como em contabilidade pública registaram melhorias. Esta evolução resulta primordialmente do impacto da operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, ocorrida no primeiro trimestre de 2017. As restantes diferenças entre estas duas óticas estão associadas ao ajustamento da delimitação setorial do setor das AP ao nível das empresas públicas e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional incluem um ajustamento temporal visando aproximar o respetivo momento de registo do período em que se verificou a atividade que gerou a obrigação de pagamento.

Quadro 2: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2017T2	2017T3	2017T4	2018T1	2018T2
Receita total	80 676,8	82 732,5	83 109,5	83 614,9	84 198,0
Receita corrente	79 638,1	81 697,7	82 311,3	82 825,0	83 478,0
Impostos sobre o rendimento e património	18 423,2	19 756,6	19 718,9	19 820,0	19 608,6
Impostos sobre a produção e importação	28 000,6	28 625,0	29 041,7	29 562,4	29 802,1
Contribuições sociais	22 102,6	22 333,1	22 685,0	22 849,2	23 093,3
Vendas	6 614,2	6 606,0	6 695,6	6 724,8	6 807,3
Outra receita corrente	4 497,6	4 376,9	4 170,1	3 868,6	4 166,7
Receita de capital	1 038,7	1 034,8	798,2	789,9	720,1
Despesa total	87 425,8	87 335,3	88 872,0	84 947,1	86 010,1
Despesa corrente	79 775,5	79 530,0	80 286,4	80 195,3	80 152,7
Prestações sociais	34 986,0	34 899,0	35 646,6	35 629,0	35 627,1
Despesas com pessoal	20 918,8	20 882,0	21 299,1	21 215,6	21 150,0
Juros	7 632,2	7 563,6	7 436,9	7 314,0	7 220,8
Consumo intermédio	10 512,0	10 559,2	10 565,3	10 479,7	10 595,3
Subsídios	976,1	927,2	857,3	886,7	909,0
Outra despesa corrente	4 750,4	4 699,0	4 481,1	4 670,4	4 650,4
Despesa de capital	7 650,2	7 805,3	8 585,6	4 751,9	5 857,4
Investimento ⁽¹⁾	2 962,1	3 119,3	3 618,2	3 696,6	3 787,6
Outra despesa de capital	4 688,2 ⁽²⁾	4 686,1 ⁽²⁾	4 967,4 ⁽²⁾	1 055,3	2 069,8
Saldo corrente	- 137,4	2 167,7	2 024,9	2 629,8	3 325,2
Saldo total	-6 748,9 ⁽²⁾	-4 602,8 ⁽²⁾	-5 762,5 ⁽²⁾	-1 332,2	-1 812,1
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	72 143,3	71 966,4	72 849,5	72 881,3	72 931,9
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	190 484,7	192 411,6	194 613,5	196 191,7	197 578,3
Défice em % PIB	-3,5%	-2,4%	-3,0%	-0,7%	-0,9%

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

⁽²⁾ Inclui 3 944 milhões de euros referentes à operação de recapitalização da CGD

Quadro 3: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2017T2	2017T3	2017T4	2018T1	2018T2
Receita total	0,2	2,5	0,5	0,6	0,7
Receita corrente	0,2	2,6	0,8	0,6	0,8
Impostos sobre o rendimento e património	-2,4	7,2	-0,2	0,5	-1,1
Impostos sobre a produção e importação	1,5	2,2	1,5	1,8	0,8
Contribuições sociais	1,1	1,0	1,6	0,7	1,1
Vendas	0,5	-0,1	1,4	0,4	1,2
Outra receita corrente	-1,5	-2,7	-4,7	-7,2	7,7
Receita de capital	0,7	-0,4	-22,9	-1,0	-8,8
Despesa total	-0,1	-0,1	1,8	-4,4	1,3
Despesa corrente	-0,1	-0,3	1,0	-0,1	-0,1
Prestações sociais	-0,3	-0,2	2,1	0,0	0,0
Despesas com pessoal	-0,1	-0,2	2,0	-0,4	-0,3
Juros	-1,0	-0,9	-1,7	-1,7	-1,3
Consumo intermédio	-0,1	0,4	0,1	-0,8	1,1
Subsídios	-3,0	-5,0	-7,5	3,4	2,5
Outra despesa corrente	3,7	-1,1	-4,6	4,2	-0,4
Despesa de capital	-0,9	2,0	10,0	-44,7	23,3
Investimento ⁽¹⁾	-2,7	5,3	16,0	2,2	2,5
Outra despesa de capital	0,3	0,0	6,0	-78,8	96,1

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 4: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	2º trimestre de 2017		2º trimestre de 2018		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receita total	19 561,2	39,8	20 144,3	39,8	3,0
Receita corrente	19 344,5	39,3	19 997,4	39,5	3,4
Impostos sobre o rendimento e património	3 600,3	7,3	3 388,9	6,7	- 5,9
Impostos sobre a produção e importação	7 118,1	14,5	7 357,9	14,5	3,4
Contribuições sociais	5 744,6	11,7	5 988,7	11,8	4,2
Vendas	1 652,3	3,4	1 734,8	3,4	5,0
Outra receita corrente	1 229,1	2,5	1 527,2	3,0	24,3
Receita de capital	216,7	0,4	146,8	0,3	- 32,2
Despesa total	20 572,5	41,8	21 635,5	42,8	5,2
Despesa corrente	19 722,9	40,1	19 680,3	38,9	- 0,2
Prestações sociais	8 246,7	16,8	8 244,9	16,3	0,0
Despesas com pessoal	5 819,0	11,8	5 753,4	11,4	- 1,1
Juros	1 788,3	3,6	1 695,2	3,4	- 5,2
Consumo intermédio	2 501,7	5,1	2 617,4	5,2	4,6
Subsídios	195,2	0,4	217,5	0,4	11,4
Outra despesa corrente	1 172,0	2,4	1 151,9	2,3	- 1,7
Despesa de capital	849,6	1,7	1 955,2	3,9	130,1
Investimento ⁽¹⁾	721,1	1,5	812,1	1,6	12,6
Outra despesa de capital	128,6	0,3	1 143,1	2,3	789,1
Saldo corrente	- 378,4	- 0,8	317,1	0,6	
Saldo total	-1 011,4	- 2,1	-1 491,3	- 2,9	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 euros	
	2017S1	2018S1
Saldo em contabilidade pública:	-3 213,8	-2 858,8
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	1 023,0	459,1
Diferença entre juros pagos e devidos	938,7	1 139,0
Outros valores a receber:	- 144,6	- 184,9
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	274,1	172,3
<i>Outros</i>	- 418,7	- 357,1
Outros valores a pagar:	- 7,3	- 142,5
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	- 109,6	- 179,5
<i>Outros</i>	102,4	37,0
Outros ajustamentos:	-4 411,2	- 276,6
<i>dos quais:</i>		0,0
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-4 905,7 ⁽²⁾	- 903,6
Saldo em contabilidade nacional:	-5 815,1	-1 864,7
PIB⁽¹⁾	95 732,6	98 697,4
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-6,1% ⁽³⁾	-1,9%

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

⁽²⁾ Inclui 3 944 milhões de euros referentes à operação de recapitalização da CGD

⁽³⁾ Sem o impacto da recapitalização da CGD, o saldo em contabilidade nacional corresponde a -2,0% do PIB

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 0,2%

No 2º trimestre de 2018, o RNB registou uma variação nominal de 0,2%, inferior à variação do PIB em 0,5 p.p.. O saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior registou um agravamento, observando-se taxas de variação de -8,6% nos rendimentos recebidos e de 4,5% nos rendimentos pagos.

Quadro 6: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2013T1	167 664	-0,4	164 362	0,0	165 934	0,0
2013T2	168 093	0,3	165 482	0,7	167 273	0,8
2013T3	168 920	0,5	166 389	0,5	168 222	0,6
2013T4	170 269	0,8	167 975	1,0	169 808	0,9
2014T1	170 692	0,2	168 293	0,2	170 390	0,3
2014T2	172 235	0,9	169 641	0,8	171 614	0,7
2014T3	173 278	0,6	170 792	0,7	172 897	0,7
2014T4	173 079	-0,1	170 117	-0,4	172 313	-0,3
2015T1	174 810	1,0	171 299	0,7	173 613	0,8
2015T2	176 641	1,0	172 327	0,6	174 538	0,5
2015T3	178 203	0,9	173 836	0,9	176 013	0,8
2015T4	179 809	0,9	174 868	0,6	177 168	0,7
2016T1	181 598	1,0	177 237	1,4	179 442	1,3
2016T2	183 085	0,8	178 490	0,7	181 097	0,9
2016T3	184 760	0,9	179 948	0,8	182 555	0,8
2016T4	186 480	0,9	182 176	1,2	184 660	1,2
2017T1	188 378	1,0	183 876	0,9	186 826	1,2
2017T2	190 485	1,1	186 187	1,3	188 954	1,1
2017T3	192 412	1,0	188 187	1,1	191 130	1,2
2017T4	194 613	1,1	190 364	1,2	193 458	1,2
2018T1	196 192	0,8	192 391	1,1	195 265	0,9
2018T2	197 578	0,7	192 808	0,2	195 844	0,3

O RDB da nação aumentou 0,3% no 2º trimestre de 2018, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) cresceu 0,7%, determinando uma redução da poupança bruta em 1,6%. A poupança da economia representou 17,0% do PIB no 2º trimestre de 2018 (17,4% no trimestre anterior).

A FBC para o total da economia situou-se em 17,1% do PIB no 2º trimestre de 2018 (igual ao valor do trimestre anterior). O aumento da FBC em 0,6%, combinado com a redução da poupança referida anteriormente, originou uma diminuição da capacidade de financiamento da economia para 0,7% do PIB.

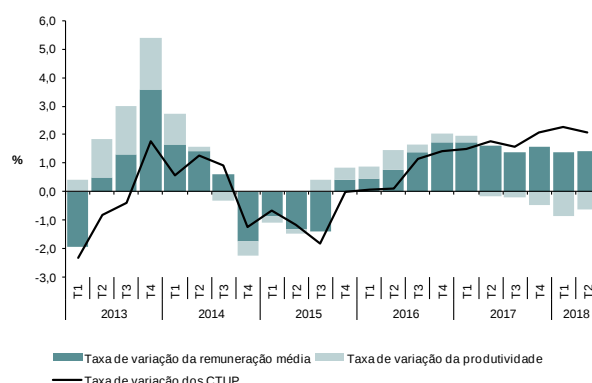
Quadro 7 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	15,0	1,8	14,9	1,9
2013T3	15,2	1,7	14,9	2,0
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	14,9	2,0
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,7
2014T3	15,3	1,5	15,1	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	15,0	1,2	15,2	1,0
2015T2	14,6	1,2	15,8	0,1
2015T3	14,9	1,1	15,7	0,3
2015T4	14,9	1,2	15,8	0,3
2016T1	15,4	1,1	16,0	0,5
2016T2	15,7	0,9	15,9	0,7
2016T3	15,8	1,0	15,8	0,9
2016T4	15,9	0,9	15,7	1,0
2017T1	16,1	1,0	16,0	1,1
2017T2	16,4	0,9	16,4	1,0
2017T3	16,8	0,9	16,7	1,1
2017T4	17,1	0,8	16,9	1,1
2018T1	17,4	0,8	17,1	1,1
2018T2	17,0	0,8	17,1	0,7

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 2,1%

No ano acabado no 2º trimestre de 2018, os CTUP registaram um aumento de 2,1%, menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior. O crescimento menos intenso dos CTUP foi determinado pelo abrandamento da redução da produtividade, enquanto o crescimento da remuneração média se manteve estável.

Gráfico 5 - Taxa de variação dos CTUP (ano acabado no trimestre)



Revisões das estimativas anteriores

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

Desta vez, além da integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como de dados atualizados sobre o setor das AP, é de destacar a incorporação dos resultados anuais finais relativos a 2016 e dos resultados anuais provisórios de 2017, que determinaram revisões das séries de contas trimestrais (ver destaque sobre os

resultados anuais finais de 2016 e provisórios de 2017. também hoje publicado, com uma descrição detalhada das revisões efetuadas). Em consequência desta incorporação e da informação adicional apropriada após a publicação de 31 de Agosto, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional disponibilizados no Portal do INE.

Assim, é de referir que as contas por setor institucional agora publicadas têm implícita uma revisão em alta da taxa de variação homóloga em volume PIB no 2º trimestre 2018 em 0,1 p.p. para 2,4% relativamente à estimativa publicada em 31 de agosto.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.